

OCDE elogia reformas no Brasil

Ed Ferreira/AE

Entidade aponta, porém, que o processo deve continuar para se obter novo ciclo de crescimento

REALI JÚNIOR

Correspondente

PARIS – As reformas empreendidas pelo Brasil na última década criaram a oportunidade de levar a economia do País a um crescimento robusto e sustentável nos próximos anos, mas o processo de reformas precisa ser ampliado para poder capitalizar o progresso já alcançado, afirma o primeiro estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o País, divulgado ontem em Paris.

A OCDE constata no texto de quase 300 páginas que o Brasil é hoje “um ator importante da economia globalizada”, tendo progredido graças à resolução dos problemas herdados do passado. Ressalva, porém, que o País continua fortemente dependente da poupança externa, mantendo-se vulnerável a choques vindos do exterior. Trata-se de um estudo de médio e longo prazo, o terceiro de um país não membro da OCDE. Os dois anteriores foram sobre Rússia e China. O estudo Brasil deverá ser atualizado a cada dois ou três anos.

O relatório justifica e insiste na necessidade de o Brasil continuar o programa de reformas destinadas a sustentar o crescimento. Dessa forma, uma reforma é necessária nas relações orçamentárias no interior da federação, de redução dos privilégios, inclusive na administração pública, aumento da concorrência no mercado interno e redução das disparidades, entre outras. Segundo a OCDE, o Brasil encontra-se na maior encruzilhada de sua história, na perspectiva de um crescimento duradouro. Para transformar essa perspectiva em realidade, precisa continuar na caminhada das reformas.

O estudo identificou como essencial o problema energético, considerando que a demanda por energia iria crescer mais rapidamente do que o PIB. O coordenador do estudo, o economista Joaquim Oliveira Martins, lembrou que enquanto o PIB cresceu 4%, a demanda de energia aumentou 5% ao ano, causando um forte desequilíbrio. A seu ver, esse constitui um dos grandes desafios do Brasil, cuja resposta não pode vir apenas do setor público, já sobrecarregado com outro desafio, o do ajuste fiscal.

Será indispensável, aponta o documento, associar o setor privado, aumentando sua capacidade de geração. Para isso, entretanto, é preciso criar as condições de concorrência, pois as empresas só vão entrar no mercado quando houver uma regulamentação. “Sem o setor privado não haverá investimento suficiente para enfrentar o desafio”, diz o documento.

Entre as recomendações e avaliações de política econômica, o estudo propõe, por exemplo, o fortalecimento da autonomia do Banco Central, lembrando que isso poderia aumentar ainda mais os ganhos de credibilidade até agora alcançados.



Presidente do BC depõe em comissão da Câmara dos Deputados